



## **Acelerando o Acesso ao Tratamento para alcançar os ODS**

### **10 de junho**

### **Ex-Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim**

É um prazer estar junto com as pessoas que têm experiência direta com o tratamento. Não é o meu caso, eu sou um diplomata, eu apenas tento negociar algumas situações que permitem outras coisas, que não garantem isso em nenhum caso, por isso é sempre interessante ouvir.

Eu vejo que o título geral do nosso seminário ou mesa redonda, que é chamado de "Acelerar o acesso aos tratamentos para alcançar os ODSs" e vejo que há muitas boas idéias que foram aparecendo ultimamente, incluindo aquelas que foram discutidas no painel de alto nível. Eu não acho que eu estou quebrando a confidencialidade, se eu disser isso. Por exemplo, temos um grande problema de financiamento. Como financiar essa ideia de ligação, o que naturalmente tem muitas implicações, uma importante: como ter dinheiro público nacional ou internacional para ajudar a financiar novos medicamentos, esse é um aspecto muito importante e espero que a discussão seja... já está, mas continuará na AMR onde claramente a questão do dinheiro de adiantamento também irá ajudar em outras áreas, como o HIV, AIDS, Tuberculose e Malária. Isso é uma coisa muito importante, talvez alguém tenha algo a dizer sobre isso.

Existem outras ideias interessantes e eu estou contente que a Precious tenha mencionado a questão da formulação para crianças, porque esta é também uma área, por exemplo, uma organização como a UNITAID, pela qual eu me sinto ligado mais ou menos agora, está trabalhando. E eu acho que não é um grande avanço em relação à ciência, mas é um avanço importante em termos de trazer o tratamento adequado para aqueles que necessitam. E é claro que existem outras ideias que os outros vão falar. Peço desculpas por estar fazendo todo este prefácio, mas é apenas para saberem que eu entendo que é um assunto mais amplo, não é só o que eu vou me concentrar agora. E há todas essas questões sobre a licença voluntária, em que se tem patentes sobre os medicamentos em que, naturalmente, a UNITAID, não estou representando a UNITAID aqui, mas eu sei algo sobre isso, estive envolvida e eu acho que é algo positivo.

Mas como disse anteriormente, quando tivemos uma das nossas reuniões, eu disse, claro que não é a única razão, e há outros aspectos também, e eu não quero diminuir a preocupação humanitária de todos os envolvidos, mas eu tenho quase certeza que a existência de licença compulsória é um forte estímulo para a licença voluntária e precisamos ter isso em mente.

E a licença compulsória não é a única coisa que... Eu gostei muito e se eu escrever um artigo eu vou usar a sua frase, se você me permitir citá-la: "O longo caminho para o acesso". Porque a história da Declaração de Doha é precisamente a história do longo caminho para o acesso.

Muito resumidamente, nos início dos anos 80 e 90, o acordo TRIPS foi imposto aos países em desenvolvimento, eles não queriam, mas não tinham como ficar de fora, porque se ficassem fora, eles estariam de fora... e eu estou falando do Brasil, Índia, Egito e muitos outros países, se eles ficassem de fora, eles iriam ficar de fora da Organização Mundial do Comércio (OMC), e isso não é possível, então eles tiveram que aceitar com muita relutância.

Eu me lembro, porque eu participei dessas negociações há muito tempo, quando eu fui pela primeira vez embaixador em Genebra, e eu me lembro de sair da sala, foi uma reunião presidida por um diplomata sueco muito bom, e eu estava com o meu colega, eu era embaixador e ele meu conselheiro, ele ficou muito desanimado e disse "oh, nós perdemos tudo" e eu disse não desanime, temos algumas ambiguidades aqui e talvez a gente possa jogar em tais ambiguidades. E porque a situação política mudou em grande parte devido aos ativistas. Essa é a verdade, não é porque ele se tornou inteligente como diplomatas ou os governos mudaram suas atitudes sozinhos, mas porque os ativistas pautaram o que eram as ambiguidades nesses acordos TRIPS de modo a tornar-las flexibilidades e, também, porque a palavra flexibilidade, o tanto quanto eu me lembro não estava nos aparecendo no TRIPS, mas eles se tornaram flexibilidades em Doha. Havia ambiguidades, e então tornaram-se flexibilidades, mas isso foi uma grande luta... Eu não vou entrar em detalhes, tanta coisa aconteceu nesse meio tempo, eu fui Ministro das Relações Exteriores, voltei para Nova York e, em seguida, fui para Genebra novamente, e eu estava em Genebra quando se discutia e se adotava a Declaração de Doha, foi uma grande luta, eu vou poupar os detalhes, mas em tudo, em cada passo, eu quero dizer, como o documento seria apresentado, com alternativas, sem alternativas. Eu vou deixar isso para vocês - espero que um dia eu possa escrever sobre isso, mas de qualquer maneira ...

Então, quando chegamos em Doha, enquanto isso, na verdade, os Estados Unidos tentaram abrir um caso contra o Brasil, que foi abandonado, talvez porque viram as ambiguidades, mas talvez também porque a opinião pública do mundo tenha mudado, por causa das ações dos ativistas e Organizações como "Médicos sem Fronteiras" e muitos outros. Então, quando chegamos a Doha, negociamos.

(Peço desculpas se eu levar mais tempo do que os sete minutos)

Foi um momento muito importante porque a Rodada de Doha tinha de ser lançada e os países desenvolvidos precisavam disso pois ela aconteceu bem após o 11 de setembro e anseavam por boas notícias, e o lançamento da Rodada de Doha foi considerado "uma boa notícia", e aconteceu que o assunto que foi considerado na época, provavelmente um dos mais difíceis, que era precisamente essas relações entre o TRIPS e saúde foi o primeiro a ser discutido. E chegamos a uma conclusão e o fato de que chegamos a uma conclusão, de alguma forma, tornou mais fácil para outros assuntos. Tornar mais fácil é uma palavra muito eufemística, mas de qualquer forma, tornou possível, era um tipo de questão de porta de entrada, como costumavam a chamar, e depois de tudo nós tivemos o lançamento da rodada de Doha.

O que é exatamente a Declaração de Doha?

É muito importante saber o que é e o que não é, a Declaração de Doha sobre TRIPS e Saúde

O que ela é, primeiramente, não é limitado ao HIV, AIDS, Tuberculose e Malária, é para saúde em geral, também, claro, AIDS, Tuberculose e Malária tiveram um aspecto proeminente do que aconteceu, mas é para todos os medicamentos, porque isso é um erro que as vezes é cometido.

O que ele faz, na verdade, ele preserva seus membros, ele deveria ser majoritariamente para países em desenvolvimento, mas não necessariamente para eles sozinhos, que precisavam de licenças compulsórias para poder ter produtor genéricos, para fazer isso sem precisar ter medo de retaliação, porque isso era uma coisa grande.

O Acordo TRIPS têm representado duas coisas:

Primeiramente, padrões mais estritos do que aqueles até então válidos na propriedade intelectual geral do mundo.

Em segundo lugar, a possibilidade de retaliação cruzada: o fato de que, por exemplo, se o Brasil violasse uma patente ele poderia ser penalizado no suco de laranja, no aço, ou alguma coisa assim, então isso era realmente o objetivo do acordo.

Bem, a Declaração de Doha de alguma forma restabeleceu o nosso direito de colocar a saúde em primeiro lugar e é por isso que eu tenho uma ligeira, (se você me permitir), ligeira discordância com o título que me foi dado: "Equilibrar o direito à saúde e o comércio". Não é uma questão de equilíbrio, o direito à saúde tem prioridade sobre as regras comerciais que foram estabelecidas e, atualmente, recentemente eu não sigo citações detalhadas, mas se formos para o documento: "A Versão Avançada dos Direitos Humanos", o painel do conselho sobre o assunto, ele claramente dirá "a saúde é um direito humano básico" e, em seguida, dirá que os "DPI - Direitos da Propriedade Intelectual - não devem ser prioridade sobre a saúde pública", e menções específicas, claro, feitas sobre HIV e AIDS.

"O Direito Humano à saúde deve ser prioridade sobre o lucro". Estes são conceitos muito importantes que precisamos ter em mente. Bem, este, foi a grande conquista, então temos os desafios na aplicação das flexibilidades e eu acho que nós temos dois tipos de, falando amplamente, dois tipos de desafio:

Um problema técnico, em muitos países não temos legislação adequada, até mesmo a legislação interna que os permitem trabalhar dessa forma, alguns deles não têm mercado, quer dizer pequenos países não podem fazê-lo para o seu mercado, porque deve ser em sentido mais amplo, esses são, eles também são políticos, mas de certa forma também técnicos, e isso pode ser superado com mais assistência técnica do UNCTAD, UNDP, ou qualquer outro; e também com muita Cooperação Sul-Sul, em que as experiências podem ser trocadas. Não apenas as drogas, não apenas a tecnologia como tal, mas em alguns casos também a tecnologia, nós nos beneficiamos da tecnologia indiana, por exemplo, mas também de alguma forma suas experiências. Então isso é uma coisa que podemos trabalhar, isso é muito importante. No mercado também, nós podemos trabalhar, eu quero dizer, com os mercados regionais, como o MERCOSUL, SABEC, ASEAN, eu não sei, o que quisermos, não restringindo a países pequenos.

Mas temos o problema político. E o problema político é: A Declaração TRIPS e Saúde apenas preserva, ou supostamente preserva, as retaliações comerciais, ela não previne um país de ameaçar, ou até bloquear a ajuda ou suporte financeiro para outros países, então muitos países dizem “bom, eu não faço isso, porque mesmo se eles não puderem me retaliar ou meu suco de laranja, eu posso perder meu próximo empréstimo com o FMI” e isso é uma coisa muito séria, como lidar com isso? Pessoas dizem a OMC, a OMC não pode lidar com isso. O único lugar que você pode lidar com isso é o Conselho de Direitos Humanos e fazer uma revisão no TRIPS, não o TRIPS, mas fazer uma revisão no direito à saúde em relação ao comércio e questões econômicas como parte da Revisão Periódica Universal que toma lugar no Conselho de Direitos Humanos. Eu acho que isso é um problema.

O outro problema que está aparecendo agora, e eu acho que é uma grande ameaça, e eu vou tentar terminar aqui com esse comentário sobre essa parte. É o chamado “Acordo TRIPS Plus”. Já existem centenas, não vou dizer centenas, mas dúzias de acordos bilaterais entre enormes, entre grandes poderes econômicos e alguns países desenvolvidos, porque, claro, para eles, o prêmio de abrir o mercado dos EUA, da União Europeia ou qualquer outro é tão grande e algumas vezes a capacidade de produzir remédios tão pequena, que eles aceitam, mas claro que aceitam sob um preço, porque depois eles terão dificuldades se tiverem que seguir o TRIPS, inclusive porque isso deve ser dito, porque se fala muito sobre a Declaração de Doha, mas é muito importante lembrar que, em 2003, houve uma emenda ao acordo TRIPS que foi aprovada pelo conselho da OMC que permite também as importações e exportações, permite (perdão a dizer) licenças compulsórias das exportações e importações não apenas para a produção local, então, como você lida com isso, existe coisas em que você precisa ir para um fórum mais amplo e talvez mais político, e eu acho que o Conselho de Direitos Humanos é o lugar apropriado. Então agora, esses novos acordos, esses mega acordos, como a TPP (Parceria Trans-Pacífico), são um novo perigo.

(Eu estou terminando, eu estou realmente terminando)

A TPP não é apenas um perigo para os seus membros. [Um minuto, um minuto é muito]. Não é um perigo para aqueles no acordo, mas é um perigo para todos os outros, porque a tendência é, nós sabemos, que aqueles que lidam com o comércio, que quando se tem um acordo mais amplo como a TPP ou a TTIP (Parceria de Comércio e Investimento Transatlântica), que é da União Europeia, tendem a criar padrões e esses padrões serão trazidos, então, para outras regiões, então se quisermos negociar em cima disso, haja vista que as negociações multilaterais da OMC estão agora paradas, a tendência é desenvolver um tipo de modelo “Hub and Spoke” que vai trazer os mesmos padrões, por exemplo, para a América Latina, África, e outros países que não negociaram a TPP, mas o padrão já está lá. Então eu acho que isso é algo que merece muita preocupação do ponto de vista dos direitos humanos, eu mesmo acho que talvez uma consulta a nível legal seria observar quais são as prioridades, os direitos humanos ou as regras de comércio? Na minha opinião, são os direitos humanos.

Obrigado!